

Como a política da migração se tornou uma máquina da desigualdade global

Longe de ser o caos nas bordas de um mundo estável, a migração reproduz teias de políticas, instituições e acordos das geografias da dependência pós-colonial

Heaven Crawley

| Reino Unido |

traduzido por Daniel Martins

The inequality machine

A migração se tornou espelho das evidências da desigualdade global. Muitas vezes

de forma brutal, a migração mostra como a oportunidade, a segurança e a dignidade são distribuídas pelo mundo: quem pode e quem não pode se mover livremente; quem é acolhido e quem é detido; quem cruza fronteiras com passaporte e quem o faz contando apenas com a própria esperança. A liberdade de se mover, assim como a liberdade de respirar ar puro ou de ganhar um salário justo, tornou-se uma das desigualdades mais gritantes do nosso tempo.

Somos moldados a pensar na migração como uma reação de pessoas que se movem por obrigação, fugindo de guerra, da pobreza ou de desastres ambientais. Mas a verdade que essa abordagem esconde é ainda mais perversa. A migração não é uma aberração em uma ordem mundial estável; ela faz parte do próprio sistema, uma das formas pelas quais a

economia global gerencia e reproduz a desigualdade.

O movimento de pessoas é estruturado pelo que pode ser chamado de *máquina da desigualdade global*: um conjunto de sistemas políticos, econômicos e legais que, para alguns, gera mobilidade, enquanto que, para a maioria, gera restrição e contenção. Esses sistemas não estão em desarranjo, mas se encontram em pleno funcionamento — exatamente como projetado.

A contradição dos nossos tempos é perceber como o capital, bens de consumos e dados têm livre mobilidade através das fronteiras, enquanto a maioria das pessoas, não. Essa ‘falha’ não é uma assimetria da globalização, mas seu fundamento.

A economia global depende do desenvolvimento desigual: salários baixos em algum lugar, alto consumo em outro; aqui matérias-primas a baixo custo, ali produtos manufaturados caros. A política de migração é um dos mecanismos que mantém essa disparidade. Fronteiras e regimes de visto não apenas controlam quem se move, mas organizam a desigualdade ao determinar qual tipo de trabalho pode circular e qual deve permanecer confinado.

No século 21, a própria mobilidade se tornou uma medida do privilégio. Passaportes agora se classificam, ao lado da riqueza e da educação, como determinantes-chave de oportunidade. Um cidadão alemão pode entrar em quase duzentos países sem visto. Uma pessoa portadora de passaporte afegão ou somali pode entrar em menos de trinta. Essas hierarquias de movimento reproduzem as geografias coloniais de poder: o Norte Global permanece móvel e soberano, enquanto o Sul permanece restrito e vigiado.

Os números contam uma história de vasto desequilíbrio. Os dez por cento mais ricos da população levam para casa mais da metade de toda a renda global, enquanto a metade mais pobre compartilha menos de dez por cento. Para pessoas trabalhadoras de muitos países do Sul Global, o único aumento salarial disponível se encontra do lado de lá uma fronteira, mesmo se por consequência essa fronteira for a mais cara e perigosa de se cruzar.

A migração, portanto, não é o caos nas margens da ordem. Ela é a própria ordem desempenhando a função de distribuir o trabalho sem redistribuir a riqueza.

A governança da migração — a teia de políticas, instituições e acordos que alegam gerenciar o movimento — é um dos instrumentos mais eficientes dessa lógica. Esquemas de trabalho temporário no Golfo, no Sudeste Asiático e, cada vez mais, na Europa e América do Norte, permitem que aos empregadores importar trabalhadores sem a mínima concessão de direitos.

Acordos de externalização de fronteiras, como os celebrados entre a União Europeia e a Líbia, Tunísia ou Turquia, terceirizam a fiscalização coercitiva para países empobrecidos, transformando o controle migratório em uma nova forma de dependência.

Mesmo que esses arranjos sejam apresentados como parcerias pragmáticas, eles consolidam uma hierarquia global em que países ricos comprem segurança e países empobrecidos vendem contenção.

A ideia de que o controle migratório protege interesses nacionais ofusca uma verdade ainda mais crua: a restrição da migração se tornou em si um negócio bastante lucrativo. Mundo afora, uma vasta indústria hoje lucra tanto por manter as pessoas em movimentos de migração, quanto por impedi-las de se mover.

Empresas de segurança privada e de tecnologia fornecem drones, sistemas biométricos e torres de vigilância que se alinham em fronteiras e mares. A agência de fronteiras da União Europeia, Frontex, antes uma burocracia menor, agora comanda um orçamento anual de mais de 750 milhões de euros, grande parte destinado a empresas de armas e defesa como Airbus, Thales S.A e Leonardo.

Nos Estados Unidos, empresas como CoreCivic e GEO Group ganham bilhões com a gestão de centros de detenção de migrantes, enquanto na Grã-Bretanha, empresas como Serco e Mitie gerenciam contratos de habitação e transporte de requerentes de asilo na casa dos

bilhões de libras.

O regime de detenção offshore da Austrália tem custado mais de 10 bilhões de dólares australianos desde 2013, com empresas lucrando uma enormidade com a contenção humana. A fronteira não é mais apenas uma linha de controle, é um mercado, um local de acumulação que faz convergir o medo, a tecnologia e a política.

O capital também lucra com o trabalho que a restrição produz. Quando o movimento é criminalizado ou regulamentado com rigidez, as pessoas migrantes se tornam ainda mais exploráveis, com status legal o suficiente para trabalhar, mas não para reivindicar direitos. Trabalhadores agrícolas sem documentação nos Estados Unidos, trabalhadores mantidos pelo sistema *kafala* no Golfo e trabalhadores da construção civil irregulares no Sul da Europa, todos ocupam essa orquestrada zona de vulnerabilidade.

Empregadores tiram proveito da insegurança para suprimir salários e organizar uma força de trabalho flexível e descartável. Além do local de trabalho, o próprio controle migratório se tornou uma forma lucrativa de cooperação para o desenvolvimento.

A União Europeia paga bilhões de euros a países da África para deter migrantes muito antes de chegarem à Europa, financiando infraestrutura de fronteira, vigilância e programas de retorno que enriquecem consultorias privadas e empresas de segurança. Até mesmo as respostas humanitárias alimentam esse mesmo sistema.

ONGs e organizações internacionais recebem contratos para gerenciar campos, processar pedidos de asilo e fornecer "gestão de migração" em nome de governos. A restrição, melhor dizendo, não é meramente ideológica, mas extremamente lucrativa. A maquinaria de controle gera valor para corporações, para estados e para uma economia global que depende da circulação desigual, tanto de pessoas quanto de poder.

Até mesmo o aparentemente neutro sistema de vistos codifica essa lógica. A riqueza compra mobilidade: investidores podem adquirir residência, estudantes podem obter acesso através

de mensalidades, e turistas do Norte são liberados. A 'pobreza', por outro lado, é tratada como uma ameaça.

Um comerciante congolês, uma faxineira haitiana ou uma trabalhadora doméstica etíope devem navegar por um labirinto de burocracia projetado para impossibilitar suas jornadas. A política de migração, portanto, presta-se como um filtro que gerencia a desigualdade, não para nivelar, mas para estabilizá-la.

O 'humanitarismo' opera como um braço apenas mais suave desse mesmo sistema. Quando pessoas são deslocadas pela guerra ou pelas mudanças climáticas, as respostas internacionais são enquadradas na linguagem da compaixão: ajuda, campos e 'proteção temporária'. Essas intervenções salvam vidas, mas muitas vezes as confinam.

Refugiados são cuidados, mas imobilizados, dependentes de assistência e despojados de autonomia. O aparato humanitário trata o movimento como um problema a ser gerenciado, em vez de um sintoma de um desequilíbrio estrutural mais profundo. Gerencia as consequências visíveis da desigualdade, deixando suas raízes intocadas.

Para entender a migração como uma expressão da desigualdade global, em vez de sua ruptura, precisamos olhar além da história estreita do movimento Sul-Norte. Por décadas, a atenção pública e política se fixou no Mediterrâneo, na fronteira EUA-México e no Canal da Mancha.

No entanto, estas são apenas as bordas visíveis de um sistema muito maior e mais complexo. O Centro Migração para o Desenvolvimento e Igualdade [*Migration for Development and Equality (MIDEQ) Hub*], uma colaboração global de pesquisa liderada principalmente pelo Sul Global, mostrou que a maior parte da migração ocorre, na verdade, dentro do Sul: mais de 80% dos migrantes africanos, por exemplo, permanecem no continente.

Movimentos de Burkina Faso para a Costa do Marfim, do Nepal para a Malásia e do Haiti para o Brasil estão entre os maiores do mundo, apesar de pouco presentes nos debates internacionais.

A pesquisa do MIDEQ em doze países e cinco continentes mostra que a migração Sul-Sul atualmente representa mais de um terço de todo o movimento internacional. Esses fluxos são moldados a cada curva pela desigualdade, por disparidades salariais, acesso à educação, normas de gênero e laços históricos de colonização e comércio.

São movimentos que nos lembram que a história da migração não é apenas sobre a chegada na Europa ou América do Norte, mas sobre o movimento dentro das geografias da dependência pós-colonial.

O que emerge do trabalho do MIDEQ é um quadro de como a desigualdade viaja. No Nepal, homens que migram para a Malásia para trabalhar na construção ou manufatura enviam remessas que transformam as perspectivas de suas famílias, mas os benefícios são desiguais: famílias que não podem pagar para enviar um migrante ficam ainda mais para trás.

No Brasil, barreiras linguísticas, racismo e status legal precário significam que os migrantes haitianos são frequentemente confinados a empregos mais inseguros. Na África Ocidental, a migração sustenta as economias regionais, mas expõe comerciantes e trabalhadoras domésticas à exploração nas fronteiras e no próprio território. A migração, em síntese, reflete e reproduz a desigualdade.

Esse caráter dual — como sintoma e estrutura — está no cerne da máquina da desigualdade global. A migração pode trazer oportunidades, mas apenas dentro de sistemas que decidem qual mobilidade conta. Para muitos, o movimento é liberdade apenas no papel; na prática, significa jornadas circulares entre a precariedade e a exclusão.

Migrantes que constroem arranha-céus, limpam casas e cuidam de crianças em países mais

enriquecidos são parte integrante dessas economias, mas são excluídos de suas proteções. Sua mobilidade é permitida apenas porque seus direitos não o são.

O MIDEQ também expõe uma dimensão frequentemente negligenciada: a desigualdade na produção de conhecimento sobre migração. Por décadas, o estudo da migração foi dominado por instituições no Norte Global: suas prioridades, seu financiamento, suas línguas. As próprias categorias através das quais a migração é entendida — ‘crise’, ‘regular’, ‘ilegal’, ‘integração’ — emergem de uma visão de mundo do Norte.

Como resultado, a maioria da migração global, particularmente dentro do Sul, permanece sub-pesquisada e mal representada. O trabalho do MIDEQ desafia esse desequilíbrio epistêmico, demonstrando como mudar quem produz o conhecimento pode mudar a forma como a própria migração é entendida.

Essa perspectiva auxilia na compreensão da migração como um espelho do capitalismo global. Entre 1990 e 2015, o Norte Global extrai um valor estimado de 242 trilhões em recursos e trabalho do Sul — uma continuação do colonialismo por meios econômicos.

A gestão da migração ajuda a sustentar esse arranjo, garantindo que a mobilidade sirva aos interesses do capital, e não aos direitos das pessoas. As fronteiras não bloqueiam o movimento, elas o moldam e lucram com ele. A economia global depende de uma circulação constante de trabalho sem cidadania, da presença de trabalhadores cujos corpos — mas não os direitos — podem ter mobilidade.

Toda declaração de uma ‘crise migratória’ perde esse ponto fundamental. O sistema não está falhando; ele está funcionando exatamente como planejado. A linguagem de crise legitima um controle cada vez mais rígido: muros mais altos, maior vigilância, detenção mais longa.

No entanto, a verdadeira desordem não reside no movimento, mas nas estruturas globais que tornam o movimento necessário: as disparidades salariais, os regimes de dívida, as

indústrias extrativistas que deslocam algumas comunidades enquanto enriquecem outras.

A mobilidade se tornou um dos recursos mais valiosos e da distribuição da desigualdade do mundo. Uma elite global de investidores, executivos e cidadãos com dupla nacionalidade desliza pelas fronteiras com facilidade, acumulando vantagens através de sua liberdade de movimento. Bilhões de outros são imobilizados pela pobreza, pela política ou pelo passaporte. Essa divisão entre o hiper-móvel e o imóvel define o século 21 tão bem quanto a divisão industrial definiu o século 19.

Até mesmo a linguagem de "migração segura, ordenada e regular", agora comum em estruturas de política global como o Pacto Global da ONU, revela a lógica do controle. Ordenada para quem? Regular pelos padrões de quem? Enquanto a economia mundial depender da desigualdade, a "migração ordenada" significará a reprodução ordenada da injustiça. A governança da migração continuará a ter sucesso em fazer o que foi construída para fazer: não nivelar a oportunidade, mas regular o acesso.

Repensar a migração através da lente da desigualdade significa fazer perguntas diferentes. Não sobre como gerenciar o movimento, mas sobre por que o mundo está estruturado de modo que alguns devem se mover enquanto outros nunca precisam. Significa confrontar uma ordem econômica que trata a mobilidade humana como um problema a ser contido, em vez de um direito a ser realizado. E significa reconhecer que o conhecimento e a política devem mudar juntos, que entender a migração de forma diferente é parte da construção de um mundo mais igual.

A justiça em movimento exige expandir os direitos em vez de restringi-los: construir sistemas que protejam as pessoas, não os lucros; criar oportunidades de movimento que não sejam compradas com exploração; garantir que a liberdade de se mover não seja um luxo de nascimento.

Significaria tratar a migração não como um sintoma a ser gerenciado, mas como um indicador que aponta para injustiças estruturais mais profundas, e responder a elas em suas raízes, em vez de em suas fronteiras.

A migração não é o caos nas bordas de um mundo estável. É o padrão que revela como o mundo está ordenado: quem ganha, quem perde e quem paga o preço pela prosperidade global.

A máquina da desigualdade não está escondida; ela opera à vista de todos: em cada fila de visto, em cada escritório de recrutamento, em cada corredor de remessas, em cada centro de detenção offshore. Para confrontá-la, devemos ir além da política de controle e fazer uma pergunta mais difícil: antes de tudo, que tipo de mundo exige tamanho controle?

A resposta é inquietante, mas clara. A migração não é a falha do capitalismo global, é a sua força vital. A verdadeira crise não é o movimento em si, mas uma economia global que depende de restringi-lo. Até que isso seja reconhecido, nossos esforços para "gerenciar a migração" continuarão *a gerenciar a desigualdade de forma eficiente, invisível e proposital*.
